

## Ética, Competência e Transparência na Gestão Religiosa

ROSIMAR DA SILVA AGUIAR<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar o tema da ética e competência na Gestão Religiosa, tendo como ponto de partida a necessidade de revisão interna no processo de Gestão da Igreja Católica. Neste trabalho se procura, de forma específica, analisar diversos conceitos atuais ligados à ética, competência e transparência, com fim de analisar a importância destes conceitos na Gestão Religiosa atual.

**Palavras-chaves:** gestão, ética, competência e transparência.

**Abstract:** The present work seeks to analyze the theme of ethics and competence in Religious Management, starting from the need for internal revision in the process of Management of the Catholic Church. In this work, we are looking specifically to analyze several current concepts related to ethics, competence and transparency, in order to analyze the importance of these concepts in the current Religious Management.

**Keywords:** management, ethics, competence and transparency.

---

1. Presbítero da Diocese de Jataí/GO. Mestre em Teologia pela UNIGRE e especialista em Gestão Religiosa e Paroquial pela Faculdade Dehoniana. O presente artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão Curso na referida pós-graduação.

## Introdução

Jesus Cristo chamou os seus discípulos a segui-Lo em um modo muito particular de vida em vista de que fossem servidores da causa do Evangelho. Este chamado está presente nos Evangelhos e permanece atual na vida da Igreja quando diz Jesus: “Dá a quem te pede e não te desvies daquele que te quer pedir emprestado” (Mt 5, 40). Nesse chamado estão imbuídas virtudes como a generosidade, o cuidado com o pequenino, que demonstram a cultura econômica e social judaico-cristã primitiva. Esse projeto que nasce do chamado, podemos encontrar presente nas vivências e nos escritos da Igreja primitiva. Portanto, o chamado de Jesus para construir o Reino de Deus não foi um projeto que alienava o discípulo em suas diversas obrigações sociais, na verdade, comprometia o discípulo a saber viver plenamente sua conduta no meio da sociedade.

O desenvolvimento inicial da comunidade dos fiéis, descrita em Atos dos Apóstolos, relata a comunhão e a partilha dos bens como um sinal de vinculação e adesão e, pouco a pouco, tal gesto vai constituindo um patrimônio tanto espiritual como material da comunidade. O crescimento da Igreja em seu patrimônio espiritual e material foi ao longo dos séculos um processo crescente na constituição da estrutura comunitária.

Graças ao esforço de muitos pregadores, novas comunidades foram nascendo por meio da atividade querigmática, e por meio disso, se concretizou o projeto de Jesus, que era o de levar o Evangelho até os confins do mundo. Deste esforço missionário vão nascendo as dioceses, as paróquias e as comunidades locais. Essa estrutura organizativa básica apareceu para ampliar a presença evangelizadora no meio dos povos porque a pregação do Evangelho exigiu o mínimo de estrutura material para que pudesse ser levada a bom termo.

As fontes históricas (Segundo Testamento, escritos da Tradição da Igreja, autores eclesiásticos como Agostinho de Hipona ou Tomás de Aquino) demonstram que a Igreja buscou se adequar às exigências organizativas locais como instituição presente ao interno dos impérios, de reinos e mais tardiamente dos estados republicanos.

Agostinho, por exemplo, propôs uma distinção muito clara entre a cidade de Deus e a cidade dos homens, buscando mostrar

que a Igreja deveria ajudar a edificar uma cidade mais adequada à vivência do Evangelho<sup>2</sup>. Já Tomás propõe que a contribuição do pensamento filosófico estivesse a serviço da Igreja para que pudesse expor de modo mais qualificado as verdades da fé. A contribuição desses dois autores e tantos outros vai ajudar a Igreja a desenvolver não só uma percepção sobre a sua missão religiosa, mas também a sua presença no meio das atividades temporais e a florescer os princípios fundamentais do que seria o reto agir cristão, tendo como fim seu objetivo principal que não é outro senão a salvação das pessoas e sua configuração a Cristo.

Junto com o prosperar da fé, os diversos pensadores cristãos foram esclarecendo segundo o Evangelho uma regra de moralidade que tinha como objetivo ajudar que a vivência cotidiana se desse modo justo, fraterno e solidário. Então se estabelece ao interno da Igreja Católica uma preocupação de que a consciência dos fiéis deveria ajudá-los a fazer bem todas as coisas:

Presente no coração da pessoa, a consciência moral leva-a, no momento oportuno, a fazer o bem e a evitar o mal. E também julga as opções concretas, aprovando as boas e denunciando as más. Ela atesta a autoridade da verdade em relação ao Bem supremo, pelo qual a pessoa humana se sente atraída e cujos mandamentos acolhe. Quando presta atenção à consciência moral, o homem prudente pode ouvir Deus a falar-lhe<sup>3</sup>.

Assim, vai nascendo e sendo mais bem elaborada, no interno da Igreja Católica, a preocupação para que o agir das pessoas respondesse não só o apelo da convivência social, mas também a uma linguagem interna da consciência iluminada pela reflexão humana e pela ação de Deus. Desse encontro nasce uma ética cristã do agir humano. Porém, os séculos passaram e hoje a Igreja tem um grande desafio, que é o de fazer uma nova leitura da realidade, com a finalidade de adaptar-se aos novos desafios do mundo contemporâneo

2. Cf. Marcos Roberto PIRATELI; José Joaquim PEREIRA MELO, Agostinho e a Igreja Como Espaço de Formação no fim da Antiguidade, in Anais de estudos Antigos e Medievais (online), 2013, disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2013/pdf/42.pdf>>, acesso em: 10 de janeiro de 2017.

3. CIC 1777.

sem perder os valores da Revelação.

Neste sentido, a rápida evolução da administração e uma série de legislações muito específicas acerca do modelo gerencial, contábil e de prestação de contas, exigem balizas éticas não só fundadas na consciência individual, mas, também, na aplicação de instrumentos técnicos capazes de indicar, tanto ao interno como ao externo da comunidade de fé, a vivência coerente entre a verdade da consciência de fé e as ações de gestão. E é nessa direção que este artigo se presta a ser um pequeno contributo na releitura destes temas urgentes para uma revisão interna da Igreja Católica quanto à gestão, à ética, à competência e à transparência.

## **2. História, ética e competência na gestão religiosa**

Em virtude dos diversos ofícios realizados pela Igreja, foi necessário criar nas diversas localidades onde se exercia sua atividade, instituições civis que permitissem agregar não só os bens materiais necessários ao trabalho, como também, os diversos serviços prestados.

Da mesma forma, se a Igreja Católica assume a característica de organização civil, ela passa a assumir para si uma série de princípios conaturais às instituições civis. Dentre estes princípios encontraremos aqueles ligados a ética na gestão.

### **2.1 A Gestão religiosa na história da Igreja**

A relação institucional interna da Igreja Católica e o tema da ética remontam a suas origens. Assim, podemos perceber que os cristãos da Igreja Primitiva, por exemplo, marcados pelo fenômeno das descobertas e aprendizagem de uma nova identidade, lutaram muito para edificar o que seria uma “comunidade de discurso moral”, uma “comunidade de caráter”.

Em Atos dos Apóstolos, Lucas nos oferece a imagem da ação de Barnabé, que dispõe seus bens para atender ao ideal moral cristão da economia de comunhão:

Não havia indigentes entre eles, pois os que possuíam campos ou casas os vendiam, levavam o preço da venda e o depositavam aos pés dos apóstolos. A cada um era repartido segundo sua necessidade. Um tal José, a quem os apóstolos chamavam Barnabé (que dizer: Consolado), levita e cipriota de nascimento, possuía um campo: vendeu-o, levou o dinheiro e o pôs aos pés dos apóstolos (Cf. At 4, 34-37).

Na prática, os primeiros cristãos escutaram as palavras de Jesus e depois precisaram aplicar estas palavras no dia a dia. Por um lado, existiam os cristãos mais radicais que queriam uma Igreja fechada, uma comunidade de santos e convertidos, sem espaço para o diálogo com novas culturas e para a inculturação do Evangelho. Porém, a Igreja crescia entre as pessoas provenientes de outras tradições religiosas e, conseqüentemente, sem ideais éticos claros ou próximos do mundo judaico-cristão.

Paulo de Tarso, o apóstolo dos gentios, foi o primeiro que sentiu o chamado do Senhor para levar a todos os povos a Boa Nova do Reino (Cf. At 4, 32; Hb 13, 16; Rm 1, 1-5), que incluía uma verdadeira conversão da pessoa. Ao fundar comunidades por vários lugares, Paulo ia constituindo uma Igreja fora do espaço geográfico do mundo judeu, o que fez surgir muitos problemas culturais e doutrinários, exigindo uma adaptação da Igreja à realidade das novas comunidades.

Na construção do cristianismo primitivo, buscou-se uma forma mais adequada de viver a vida cotidiana, sem esquecer os valores pregados por Jesus Cristo. Neste momento histórico, alguns textos do Primeiro Testamento foram de grande importância para a formação ética da comunidade que surgia. Os textos do Livro da Sabedoria e do Livro dos Provérbios ajudaram a estabelecer muito do que seria o ideário ético dos primeiros cristãos.

Nos primeiros anos do cristianismo encontramos um forte chamado à mudança de vida das pessoas, mudança que envolvia princípios muito específicos relativos ao comportamento social, baseado no amor e na responsabilidade para com o outro, o que revela uma coerente relação entre a pregação evangélica e a vivência ética.

Através de alguns escritos da Igreja Primitiva podemos conhecer um pouco mais sobre o modo de vida desses cristãos. Entre os textos do primeiro século encontramos a Didaqué. Trata-se de um texto de grande preciosidade, pois retrata a vida dos cristãos nas comunidades cristãs. O texto é de cunho teológico, e embora não ofereça elementos diretos sobre o modo econômico de viver, ele apresenta o amor ao próximo como fundamento das práticas cristãs. Desse texto se podem recolher algumas importantes indicações sobre as vivências éticas cristãs: “Não repelirás o indigente, mas antes repartirás tudo com teu irmão, não considerando nada como teu, pois, se divides os bens da imortalidade, quanto mais o deves fazer com os corruptíveis”<sup>4</sup>. Outro trecho diz: “Dá a todo aquele que te pedir, sem exigir devolução. Pois a Vontade do Pai é que se dê dos seus próprios dons. Bem-aventurado é aquele que dá conforme a lei, pois é irreprensível (Mt 5, 25s; Lc 12, 58s)”<sup>5</sup>.

Assim, a Igreja Católica foi crescendo e sempre tendo como fundamento em suas relações interpessoais o princípio evangélico do amor norteando seu horizonte ético. Com o passar do tempo, a Igreja deixará de ser apenas pequenas comunidades e se tornará um corpo aumentado e organizado de pessoas. Começa, assim, uma nova fase na Igreja, que será marcada pelo seu crescimento em grande escala. No livro dos Atos dos Apóstolos estão indicadas as primeiras tensões que surgiram pelo crescimento do número de participantes: “Por essa ocasião, aumentando o número dos discípulos, os de língua grega começaram a murmurar contra os de língua hebraica, pois suas viúvas eram desatendidas no serviço diário” (At 6, 1-4).

Com a expansão missionária da Igreja, aparecerá um novo desafio, que será a relação da Igreja enquanto instituição com os poderes sociais instituídos sejam eles reinados ou mesmo os governos democráticos mais tardiamente.

A presença da Igreja ao interno dos estados e sua relação com os poderes temporais, começa com um longo tempo de perseguição. A Igreja crescia e seu crescimento incomodava as forças so-

4. A DIDAQUÉ: A INSTRUÇÃO DOS DOZE APÓSTOLOS, Capítulo 4 (online), 2017, disponível em: <<http://www.ofielcatolico.com.br/2001/05/o-didaque-instrucao-dos-apostolos.html>>, acesso em: 25 de maio de 2017.

5. *Ibidem*.

ciais existentes na época. Longos anos de perseguição exigiram dos membros da Igreja bastante resignação para conseguir permanecer fiel ao Evangelho em meio aos desafios cotidianos. A fase das perseguições termina com o Edito de Milão, no ano 313, onde Constantino e Licínio concediam aos cristãos a liberdade de culto e dava à Igreja a possibilidade de ter bens. Aqui aparecerá o momento histórico em que a Igreja é obrigada a criar novos instrumentos adequados para gerir seus bens. Tal processo precisou considerar balizas éticas propostas na fundação da Igreja e as necessárias atualizações aos desafios que surgiam com a pregação do Evangelho.

Com o término das perseguições aconteceu o crescimento dos fiéis, mas tal processo trouxe diversos desafios à Igreja porque nem sempre essa aproximação era fruto de uma autêntica experiência cristã. Para resolver o desafio do crescimento, regras e normas doutrinárias, administrativas e canônicas, vão surgindo na Igreja. Estes conjuntos de normas vão determinando também o ideário ético da Igreja. Nesta mesma época, a universalização da Igreja faz aparecer desafios com a administração do patrimônio interno, as construções de templos, a manutenção dos grupos de pregadores etc.

Uma Igreja que vive no meio do tempo aprende também com as pessoas e com os conhecimentos que vão sendo formulados ao longo de seu vertiginoso crescimento a se auto-organizar e a administrar sua vida cotidiana. Com uma maior preocupação da Igreja com a sociedade como um todo, a fé cristã encontrará um importante sinalizador para o seu ideário ético: o mandamento cristão do amor passará a ser assumido dentro de uma ótica mais social do que somente individual. A fé, a pregação do Evangelho e os esforços para a caridade passam a se entrelaçar e a exigir formas de organização que mantenham todos esses elementos em harmonia.

Agostinho formulará a partir do mandamento do amor o conceito "*Dilige et quod vis fac*" (Ama e faze o que achas certo) como uma indicação de que o amor deveria ser a baliza ética fundamental da relação social de cada cristão. Na busca de estabelecer os princípios da convivência ética do cristão, Agostinho de Hipona em sua obra denominada a Cidade de Deus procura expor indicações bem claras sobre como deveria ser a cidade na qual se vivencia

o amor<sup>6</sup>. Nesta obra temos a descrição e a possibilidade de entender não só a relação da Igreja com o mundo, mas também como o cristão deveria portar-se na busca de uma conversão e atitude ética na sociedade. Para ele existem duas cidades e, na verdade, estas duas cidades convivem nos tempos atuais: “De fato, estas duas cidades estão mutuamente entrelaçadas e mescladas uma na outra neste século”<sup>7</sup>:

Aprouve à divina Providência dispor para a outra vida, para os bons, de bens de que os pecadores não gozarão, e para os ímpios, de males que não atormentarão os justos. Quis, porém que estes bens e males temporais fossem comuns a todos, para que nem sejam procurados ansiosamente os bens que vemos também na posse dos maus, nem sejam evitados, como qualquer coisa de vergonhoso, os males de que também padecem frequentemente os bons [Na nota do livro se descreve como Santo Agostinho apresenta várias soluções que, no final das contas, se vêm a unificar] Esses bens são concedidos mesmo aos santos - para que se não pense que não são bons esses bens: são bens, embora de valor inferior aos bens do espírito, à virtude. São também concedidos aos maus - para que os santos não pensem que são os bens supremos. Em relação a outros, são bens de inferior categoria, que até aos maus podem ser concedidos - e, por isso, os bons não devem ter apego a eles e por causa deles perder de vista os bens não temporais<sup>8</sup>.

Na mesma obra, podemos ler no capítulo X, do Livro I: “Portanto aqueles que na dita devastação perderam as riquezas terrenas, se as possuísssem como o ouviram àquele que fora pobre por fora e rico por dentro, isto é, se fizessem uso do mundo como se dele não fossem utentes, bem poderiam dizer o mesmo que ele, tão

6. Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, A cidade de Deus (online), 2017, disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Cidade-de-Deus-Agostinho.pdf>>, acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

7. Idem, p. 196.

8. Idem, p. 124.

gravemente tentado, mas nunca vencido”<sup>9</sup>. Também se pode ler no capítulo XXIX, do Livro I que “De forma nenhuma deve estar desgostosa mesmo da vida temporal. É nela que aprende a conseguir a eterna e, como peregrina que é, a utilizar-se dos bens terrenos, mas não a deixar-se por eles cativar”<sup>10</sup>.

Agostinho traz o pensamento evangélico e o pensamento dos apóstolos, no qual os bens materiais não podem ser impedimento para buscar os bens eternos. Sob a influência de Agostinho se constrói a ideia de que a administração dos bens temporais é uma das obrigações morais do cristão e que tal atitude o ajudará a chegar a Cidade de Deus. Agostinho ajuda ainda a perceber que para se conseguir chegar ao fim proposto do seguimento de Cristo não se pode deixar de lado a preocupação com os princípios sociais existentes neste tempo.

Com a destruição da cidade de Roma, sede do império romano, no século V, caberá a Igreja assumir a ausência de um poder temporal e isso trará mudanças e uma nova fase na sua administração. Com a queda da forma romana de administrar, a escravidão cede o seu lugar ao regime de servidão e, sobre a base deste, organizar-se-á a sociedade medieval como um sistema de dependências e de vassalagens que lhe confere um aspecto estratificado e hierárquico<sup>11</sup>. O princípio de igualdade entre as pessoas decorrente da fraternidade evangélica permanecerá de modo mais visível e sensível na vida monástica, que mesmo com diversas diferenças, conseguiram manter vivo diversos elementos primitivos do cristianismo<sup>12</sup>.

Embora do ponto de vista social as relações fossem estratificadas, ao interno da vida dos cristãos das classes menos privilegiadas, o modelo da vida comunitária se tornou um elemento muito forte para se conseguir sobreviver à marginalização, especialmente por meio de um sistema de troca. Os cristãos da Idade Média, vivendo em comunidade, buscaram uma verdadeira simbiose entre a vida interior e exterioridade e com isso viviam, de certo modo, o verdadeiro padrão vivencial ético do cristianismo.

9. *Ibidem*.

10. *Idem*, p. 184.

11. Cf. Adolfo Sánchez VÁZQUEZ, *Ética*, 2006, p. 275-279.

12. Cf. *Idem*, p. 277.

Uma importante contribuição durante o período medieval na reflexão sobre como os cristãos devem viver sua relação com os bens temporais, consequentemente como a Igreja deve também se auto-organizar, provém de Tomás de Aquino. Em sua obra *Suma Teológica*, o Aquinate recorda que os bens temporais são meios para buscar o bem eterno e o principal critério é utilizar os bens com o desapego.

Para atingir esse fim não é necessário renunciar totalmente ao mundo, uma vez que com a encarnação e redenção o mundo foi remido, porque se pode chegar à bem-aventurança eterna utilizando os bens terrestres, com a condição de que não se faça deles o fim de sua existência. É por meio de uma vida virtuosa que o cristão aprende a usar deles com moderação. O amor é o princípio, o meio e o fim de todo bem que deve ser buscado e este é o sentido da bem-aventurança “Bem-aventurados os pobres em espírito” (Mt 5, 3) que oferece um critério de como se relacionar com humildade com os bens materiais<sup>13</sup>. Embora o tema do uso dos bens não tem como foco a administração, no entanto, se pode intuir no pensamento de Tomás de Aquino uma preocupação com princípio evangélico da moderação (modéstia), que é base do pensamento ético cristão na administração dos bens temporais.

Na Modernidade e na Pós-Modernidade se pode falar de uma ampla evolução de conceitos éticos e morais dentro da Igreja Católica. Neste processo de revisão conceitual e histórica, o indivíduo adquire um valor não só espiritual, mas também como ser corpóreo, sensível, não só como ser dotado de razão, mas também de vontade. Sua natureza não somente se revela na contemplação, mas também na ação<sup>14</sup> que terá grande desenvolvimento em questões existenciais, questões de propriedades e das questões diversas da *psique* humana. O ser humano será entendido, também dentro da Igreja, como um ser social, e neste processo de evolução social, se percebe também a necessidade de administrar a vida humana, já que ela depende também dos bens temporais.

13. Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, Questão 160 (online), 2017, disponível em: <<https://sumateologica.wordpress.com/2011/02/21/fragmentos-bens-temporais-e-bens-espirituais/>>, acesso em: 12 de maio de 2017.

14. Cf. Adolfo Sánchez VÁZQUEZ, *Ética*, 2006, p. 280.

Outro elemento de muitas mudanças na Modernidade se deve às Grandes Navegações e à urgente necessidade da presença da Igreja nos Novos Continentes, bem como a coerência ética do anúncio do Evangelho conforme a missão deixada por Cristo na Igreja Primitiva.

Outro elemento importante que influenciou a capacidade de gestão interna da Igreja foi a Reforma protestante, que questionou muitos elementos ligados ao ideário católico, especialmente padrões éticos relativos à forma de arrecadar dinheiro e o modelo impositivo do poder e não a característica ética do serviço. A Igreja Católica que sai da reforma é uma Igreja que, pela primeira vez, em muito tempo, começa a fazer perguntas sobre o seu modelo institucional. É verdade que, muitas pessoas só eram capazes de pensar em perseguir os chamados “protestantes”, mas alguns pensadores foram capazes de propor uma Reforma Católica, a fim de dar uma resposta ao movimento iniciado por Lutero, mas também, fazer uma revisão interna, com a finalidade de indicar a releitura da realidade eclesial e a sua natural adequação social, com uma linguagem atualizada para que as verdades éticas da Igreja Católica fossem compreendidas e colocadas em prática, superando os desvios e acomodações tão criticados pela Reforma protestante.

O movimento social do tempo moderno, baseado na crise do proletariado, levou uma nova crise à ética interna da Igreja Católica. Muitos trabalhadores reclamavam que muitas autoridades da Igreja Católica só percebiam as necessidades das classes mais ricas e não estavam se envolvendo nas verdadeiras causas dos pobres. A reclamação desta classe mais empobrecida provocou diversas correntes sociais de cunho teológico, que também propunham repensar a ética interna de diversos seguimentos da Igreja Católica. Nasce aqui aquilo que mais tarde se chamará de Doutrina Social da Igreja, que também passará a nortear a gestão religiosa.

A ética cristã que se desenvolve nos documentos oficiais da Igreja a partir do século XX, busca traduzir para a prática as verdades de fé dadas na Revelação divina. O Concílio Vaticano II será o grande exemplo da abertura do magistério eclesial para uma profunda e verdadeira comunicação com a sociedade. Impulsionado pela manifestação de Papas e pelas mudanças propostas pelo Con-

cílio Vaticano II, consolida-se a Doutrina Social da Igreja, que ao longo deste século tem colaborado para uma revisão e estruturação do pensamento social e ético da Igreja. Esta revisão de conceitos gerará um grande crescimento no pensamento social da Igreja.

Este crescimento e abertura geraram também outros pensamentos que ampliaram as polêmicas entre a questão social e a fé defendida por grupos conservadores ao interno da Igreja Católica. Movimentos como o da Teologia da libertação, que propunham uma reflexão ética que pudesse juntar o socialismo marxista à tradição teológica secular da Igreja Católica sem os necessários distanciamentos, não teve aceitação plena ao interno da comunidade cristã. A proposta conservava valores positivos, mas aos poucos se mostrou mais como uma ideologia. Apesar disso, e dos seus equívocos teológicos, ela ajudou a suscitar a necessidade de uma renovação na ética interna da Igreja.

Na atualidade, em que se enfatiza muito mais os conceitos subjetivos que os objetivos, a liberdade de expressão gera um florescer de novos conceitos que desafiam a práxis cristã a novas revisões e aprofundamentos. O Papa Francisco tem conduzido a Igreja a refletir sobre si mesma e sobre os seus desafios no mundo atual, inclusive no campo da ética. No dia 31 de outubro de 2015, falando aos empresários católicos, o Papa Francisco exortou-os a aprofundar a formação cristã através do Magistério Social da Igreja para alcançar o desenvolvimento do bem comum: “Para atingir este objetivo, vocês dão grande importância à formação cristã, mediante o aprofundamento do Magistério Social da Igreja”<sup>15</sup>. Da mesma forma, o Pontífice disse: “Este compromisso formativo é o fundamento da ação, seja pessoal, no modo de desempenhar esta profissão, seja social, no apostolado do ambiente de trabalho. Por isso, exorto-os a prosseguir com entusiasmo nas suas atividades formativas, sendo fermento e estímulo, com a palavra e o exemplo, no mundo empresarial”<sup>16</sup>.

15. FRANCISCO apud Monique COUTINHO, A economia precisa de ética (online), 2017, disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/a-economia-precisa-de-etica-diz-papa-aos-empresarios/>>, acesso em: 18 de julho de 2017.

16. *Ibidem*.

Uma preocupação com o bem comum e a economia de comunhão são alguns conceitos novos que podemos perceber presente no pensamento atual da Igreja. Estes conceitos, entre outros, conduzem a Igreja a refletir sobre a gestão e a administração. Os modelos antigos não deixam de ter valor, mas precisam ser adaptados para que suscitem uma nova consciência sobre os atos administrativos, em vista de corresponder à busca do bem, da caridade e também da transparência. Recentemente, o Papa Francisco indicou a necessidade da Igreja de assumir um novo tipo de comportamento social e ético diante dos desafios da humanidade:

Por último, gostaria que refletíssemos, juntos, sobre algumas tarefas importantes neste momento histórico, pois queremos uma mudança positiva em benefício de todos os nossos irmãos e irmãs. Disto estamos certos! Queremos uma mudança que se enriqueça com o trabalho conjunto de governos, movimentos populares e outras forças sociais. Sabemos isto também! Mas não é tão fácil definir o conteúdo da mudança, ou seja, o programa social que reflita este projeto de fraternidade e justiça que esperamos. Neste sentido, não esperem uma receita deste Papa. Nem o Papa, nem a Igreja têm o monopólio da interpretação da realidade social e da proposta de soluções para os problemas contemporâneos. Atrever-me-ia a dizer que não existe uma receita. A história é construída pelas gerações que se vão sucedendo no horizonte de povos que avançam individuando o próprio caminho e respeitando os valores que Deus colocou no coração<sup>17</sup>.

## 2.2 A ética na Gestão religiosa

O contexto da ética a ser assumida pela Igreja, no tempo atual, é baseado em uma participação social muito mais ativa no pro-

17. FRANCISCO, Discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares reunidos na Bolívia, Santa Cruz (online), 9 de julho de 2015, disponível em: <[http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso\\_do\\_papa\\_aos\\_movimentos\\_populares\\_\(texto\\_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336)>, acesso em: 10 de dezembro de 2016.

cesso de transformação. Por isso, é necessário esclarecer e recordar o conceito geral de ética. Segundo o *Dicionário de Ética Econômica*,

o conceito de ética (derivado da palavra grega *éthos* = costume) designa a doutrina do agir correto, ou seja, do agir bem. Desde Aristóteles, a ética é um ramo da filosofia prática. A palavra latina *moral* (filosofia moral) descreve o mesmo conteúdo (do latim, *mos, mores* = costumes, hábito). Ainda que ética e moral, originalmente, tenham o mesmo sentido, na linguagem corrente muitas vezes se estabelece uma distinção entre ambas. A ética reflete sobre os problemas e as condições do agir ético. É reflexão, teoria da condição da vida humana, e não prática direta, nem preceito para agir<sup>18</sup>.

Assim, a ética é a atitude (vida) e o agir do homem, considerando ao mesmo tempo a arte da correta condução da vida e as regras do agir. Mas a exigência atual na Igreja não pode parar apenas na análise de um conceito. É preciso buscar uma transformação da ética administrativa a partir da ética teológica. Alguns padrões éticos que a sociedade atual tem buscado necessitam ser revisados a partir da Revelação e da teologia. Assim, surge uma ética cristã adaptada à linguagem da cultura atual e capaz de dialogar com os desafios da sociedade de hoje.

Este esforço revisional que concilia a ética e a teologia poderia criar um corpo ético ou um sistema ético baseado na religião cristã, algo que fosse próprio da pessoa cristã em seu agir no meio do mundo, como um instrumento intelectual organizador do mundo. Se os cristãos entendessem o poder de uma ética imbuída dos valores religiosos, que não fosse resultado apenas de uma adesão imatura da fé, mas também de critérios vindos do rigor dos argumentos filosóficos, ou seja, razoáveis, seria possível constituir uma ética de uma comunidade de fé, como moral eclesial interna.

A ética cristã oferece diretrizes a todos os fiéis, bem como a todos os gestores eclesiais. Pessoas formadas por novos conceitos de ética seriam indivíduos conscientes de que a promoção da dignida-

18. George ENDERLE et al., *Ética*, \_\_\_\_\_, *Dicionário de Ética Econômica*, 1997, p. 272.

de humana é a parte primordial de qualquer sistema organizativo e que a responsabilidade de cada gestor poderia ajudar a melhorar não só a Igreja, mas a sociedade como um todo. A construção deste novo conceito de ética teológica está sendo desenvolvido na Igreja desde o Concílio do Vaticano II, que na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, afirma:

No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objetivas da moralidade. Não raro, porém, acontece que a consciência erra, por ignorância invencível, sem por isso perder a própria dignidade. Outro tanto não se pode dizer quando o homem se descuida de procurar a verdade e o bem e quando a consciência se vai progressivamente cegando, com o hábito do pecado<sup>19</sup>.

A Constituição *Gaudium et Spes* e os demais documentos da Igreja oferecem elementos éticos ricos que acabam por servir à gestão eclesial, mostrando que a consciência é o lugar sagrado,

19. CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes* 16 (online), 1965, disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>, acesso em: 10 de dezembro de 2016.

o santuário onde Deus se revela, se comunica, oferece uma voz orientadora, mesmo que possa a consciência ser vencida pelo erro ou pela ignorância, e assim não chegar a verdade. Por causa desses riscos de erro e ignorância, a Igreja busca oferecer uma doutrina moral segura em vista de contribuir na formação da consciência.

Assim, a ética cristã, fundada nos valores do evangelho e nas contribuições das ciências humanas, é o ponto de partida para a transformação sociedade e da própria instituição eclesial.

Nos tempos atuais, a gestão eclesial tem sido discutida em diversos seminários, eventos e nas dioceses por meio de estudos do clero, e nas paróquias com estudos formativos dos leigos. Os estudos especializados indicam que é preciso uma mudança de mentalidade para compreender de maneira nova e, enfrentar, os diversos desafios que a gestão eclesial deve superar em vista de oxigenar o objetivo fundamental da Igreja, que é evangelizar.

Sabemos que não podemos perder os fundamentos e princípios originários da Igreja, mas é necessário dentro dela nasça e se produza novas de estratégias e inovações de gestão para o bem da instituição. Dentre estas inovações é perceptível que a Igreja necessita de maior eficácia na gestão eclesial, sem mudar o seu objetivo institucional. Precisa de uma maior unidade entre a ética cristã e sua aplicabilidade no exercício da gestão eclesial para dar um novo caminho à vida organizacional. Sobre este tema, José Carlos PEREIRA afirma que:

Não é de hoje que a Igreja tem se preocupado com a gestão eclesial, mas nos últimos anos essa preocupação acentuou-se. Desde o século IV encontramos em sua história indícios de organização e gestão, porém sua estrutura definitiva só se deu a partir do Concílio de Trento (1545-1563). Foi somente a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965), porém, que alguns aspectos dessa organização na maneira de gerir uma paróquia ganharam mais destaque. Desde então, acentuou-se o caráter de comunidade das paróquias, que é afirmado com bastante clareza no novo Código de Direito Canônico (1983)<sup>20</sup>.

20. José Carlos PEREIRA, *Gestão Eclesial: Tarefas, Responsabilidades e Práticas*, 2012, p. 11.

Diante de tantos desafios, as organizações cristãs católicas espalhadas pelo mundo começam a caminhar e a assumir os instrumentos desenvolvidos por gestores e administradores, como por exemplo, recordemos o próprio Papa Francisco que tem convocado grupo de pessoas especialistas, em diversas áreas, para assessorá-lo na tomada de decisões na vida econômica da Igreja. Tal urgência também se deve ao fato de que a Igreja está ligada às instituições do Terceiro setor, e neste ambiente, o conhecimento dos valores cristãos poderia ser um novo caminho reflexivo para a construção de uma nova forma de gestão daquilo que é bem comum. Neste sentido, a ética teológica (ou ética cristã) seria um caminho de contribuição da Igreja Católica para a economia e para a reflexão ética como um todo, inclusive ajudar na revisão de conceitos da ética empresarial.

### 2.3 Competência na Gestão religiosa

A gestão financeira da Igreja tem como objetivo maior servir à pastoral mediante o atendimento de suas necessidades econômicas, pois revestida de personalidade jurídica, a Igreja busca atender as prioridades evangélicas em cada localidade, e pela missão da Igreja, busca definir segundo conceitos claros e práticos<sup>21</sup>. Na verdade, a administração dos bens temporais é apenas uma parte de diversos trabalhos que somados devem levar à concretização de seu fim institucional, que é a pregação da Palavra de Deus.

Porém, nos últimos anos, a Igreja, tem sido obrigada, especialmente pelo surgimento de diversas normas institucionais e estatais, a rever sua forma de administração interna. Por longos anos, a Igreja, especialmente no Brasil, gozava não só da imunidade, mas também da benevolência estatal que raramente a fiscalizava. Isso permitiu o surgimento de uma instituição eclesial com o mínimo de organização interna no campo administrativo. Algumas instituições da Igreja, por longo tempo, se preocupavam em ter ética na aplicação dos recursos, mas nem sempre eram capazes de organizar prestações de conta segundo a normativa governamental. Um exemplo desta ineficiência, podemos ler nos jornais dos últimos anos:

21. Idem, p. 17.

Denúncias com base em documentos secretos vazados na Itália afirmam que as finanças do Vaticano são marcadas pela má gestão e pelo uso de doações para os pobres para manter o estilo de vida luxuoso de cardeais. O escândalo, batizado de novo 'Vatileaks', surgiu com o lançamento de dois livros que serão publicados nesta semana, escritos com base em documentos secretos que revelariam os males da Cúria Romana e uma forte resistência às reformas financeiras que o Papa Francisco tenta implementar<sup>22</sup>.

Muitos dos desafios atuais que a Igreja Católica tem vivido, além do tema da ética, estão ligados ao tema da sua capacidade administrativa em colocar pessoas competentes para administrar as suas estruturas temporais. Muitas vezes, os gestores são escolhidos por proximidade ou por pertencerem à comunidade da Igreja Católica, mas, às vezes, se descuida da verificação quanto à capacidade e à competência gerencial e administrativa.

Diante dessa situação, percebemos que em algumas dioceses aparece uma nova preocupação com a qualificação dos diversos agentes que ajudam nas diversas funções temporais que a Igreja precisa desempenhar para conseguir organizar sua estrutura temporal em vista da evangelização. A Arquidiocese de Baltimore, nos Estados Unidos da América, publicou, em agosto de 2014, um código de conduta para as pessoas eclesiais em vista de desencadear melhor competência nas atividades da comunidade:

Princípio básico II: Se espera da pessoa eclesial que obtenha competência nas áreas em que desempenha ou mantenha suas competências. a) A pessoa com envolvimento eclesial não deve atuar em situações que excedam sua competência, diante dos indivíduos que busquem apoio profissional adequado quando necessitam. b) A pessoa com envolvimento eclesial procurará obter a capacitação, a certificação e as credenciais necessárias

22. FRANCE PRESSE, Vaticano é acusado de má gestão e desvio de doações em no Vatileaks (online), 2015, disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/financas-do-vaticano-sao-alvo-de-novo-escandalo-do-vatileaks.html>>, acesso em: 16 de dezembro de 2016.

realizar seu trabalho. c) A pessoa com envolvimento eclesial deve possuir competência teológica necessária correspondente a sua função. d) A pessoa com envolvimento eclesial deve buscar a opinião de seus superiores para determinar o que se espera do desempenho de suas funções. Deve em suas funções ajustar-se com as diretrizes desta Arquidiocese, da mesma forma deve interrogar-se com que medida seu desempenho cumpre as expectativas destas mesmas diretrizes<sup>23</sup>.

Por muito tempo se pensou que formar presbíteros com competências de gestão e administração seria suficiente para administrar a estrutura interna da Igreja, mas, a cada dia, os diversos desafios tornam os presbíteros mais necessitados em outras frentes e exigem sua atenção a maiores problemas na gestão das comunidades. Roberto NORIEGA, ao analisar o tema da responsabilidade ética do ministro sacerdotal, afirma que:

Além disso, os sacerdotes devem exercer uma infinidade de serviços na Igreja: aconselhamento pastoral, acompanhar o doente, conforto nos desafios humanos; outros estão envolvidos com a parte educacional, econômica... O que torna difícil ter uma visão geral da sua missão e, torna muito mais difícil conseguir critérios de ação adequados, para tantas ações diferentes. Esta situação torna os presbíteros mais vulneráveis e expostos a erros<sup>24</sup>.

Assim, parece que a proposta de apenas investir em presbíteros tem sinalizado que este não seria o único meio e o mais eficaz de organizar a gestão interna na Igreja. Parece que é chegada a hora

23. ARQUIDIÓCESIS DE BALTIMORE, Código de conducta para el personal eclesial de la Arquidiócesis de Baltimore (online), 2016, disponível em: <<https://www.archbalt.org/about-us/child-youth-protection/policies/upload/C%C3%B3digo-de-conducta-Aug-2014-2.pdf>>, acesso em: 16 de dezembro de 2016.

24. Roberto NORIEGA, Responsabilidade ética do ministro sacerdotal (online), 2016, disponível em: <[https://www.edesclee.com/img /cms/pdfs/9788433028266.pdf](https://www.edesclee.com/img/cms/pdfs/9788433028266.pdf)>, acesso em: 17 de dezembro de 2016.

de formar leigos capazes e que possam ajudar os ministros ordenados e as demais autoridades eclesiais a darem um novo sinal de competência na vida administrativa da Igreja.

Embora a presidência da comunidade paroquial, segundo o Código de Direito Canônico, esteja aos cuidados do ministro ordenado (Bispo ou presbítero por causa do *múnus de reger*), isso não significa que estes possuam em si todos os carismas de gestão ou devem concentrar em si todas as atividades administrativas. O mesmo Código permite a colaboração responsável dos consagrados e do laicato na gestão eclesial.

O processo de gestão da Igreja necessita dos ministros ordenados, mas não poderá nos tempos atuais deixar de lado a colaboração dos consagrados e do laicato quando estas pessoas possuem conhecimento e competência técnica para auxiliar em áreas muito específicas, como a contabilidade, a patrimonial ou o departamento pessoal, áreas muito técnicas e que necessitam de pessoal qualificado.

A gestão eclesial tem ciência que são inúmeras as pessoas que estão presentes em uma paróquia, ou seja, aquele que preside a comunidade paroquial tem que se relacionar com diversos sujeitos como os voluntários, os funcionários ou os leigos que vivem a sua experiência religiosa com maior ou menor presença na organização administrativa da Igreja. Por isso, o gestor precisa ser competente na harmonização dos trabalhos, das relações e dos carismas, inclusive os ligados à área da gestão:

Sabemos que a gestão eclesial, por abarcar diversas áreas, exige cada vez mais competência dos gestores. E isso é mais complexo ainda quando se trata de gerir pessoas. Podemos afirmar que o recurso humano é o mais difícil de ser gerido em uma paróquia, por que ela, por mais organizada que seja, não é vista pelas pessoas comuns, os fiéis leigos, como uma empresa que deve cumprir com suas obrigações trabalhistas, humanitárias e de caridade. Muitos imaginam que as paróquias são isentas de responsabilidades fiscais e que seus funcionários podem trabalhar de qualquer forma, sem cumprir as exigências da lei. Entretanto, como não existem paróquias

sem pessoas, não adianta fingir que não é necessário gerir esse departamento ou dizer que ele não tem importância. O gestor necessita reunir todas as características administrativas, natas ou adquiridas, mediante capacitação. Tudo isso serve para gerir bem a paróquia, inclusive o departamento pessoal, e assim manter um bom relacionamento com o quadro de funcionários, os voluntários, os agentes de pastoral e os fiéis leigos que compõem a paróquia<sup>25</sup>.

No mesmo caminho reflexivo, Antônio Vicente Pereira NETO e Márcio Reinaldo Lucena FERREIRA, em sua proposta de modelo de gestão paroquial, indicam a necessidade da presença de uma equipe técnica multidisciplinar no ambiente de trabalho eclesial:

A estrutura organizacional que forma a Igreja Católica é estritamente necessária, porém não é absoluta. Por ser ela uma instituição sem fins lucrativos e por ter o compromisso de levar a Palavra de Deus a toda criatura, ela precisa, acima de tudo, estar aberta à prática do serviço, por esta razão é necessária uma harmonia entre a estrutura de comando e controle e a estrutura de trabalhar em equipe. Para que haja esta interação é de fundamental importância está aberto a mudanças de mentalidade e atitudes<sup>26</sup>.

Desta forma, a competência na gestão religiosa significa também a capacidade da instituição Igreja em procurar pessoas qualificadas nas diversas áreas de conhecimento para ajudar na organização de departamentos que nem as comunidades, nem mesmo os ministros ordenados, são capazes de gerir com propriedade e competência.

A eficácia na gestão eclesial está ligada ao modo como aquele

25. José Carlos PEREIRA, *Gestão Eclesial: Tarefas, Responsabilidades e Práticas*, 2012, p. 109-110.

26. Antonio Vicente Pereira NETO; Márcio Reinaldo Lucena FERREIRA, *Modelo de Gestão Eclesial na Paróquia Nossa Senhora Aparecida: Novos Desafios*, in *Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX* (online) 9 (2011), p. 17, disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/102/26>>, acesso em: 17 de dezembro de 2016.

que preside a comunidade vive a virtude tão necessária na gestão que é saber delegar responsabilmente. A virtude do delegar exige a capacidade de ver, de escutar e de discernir o que é relevante para agrupar pessoas das mais diferentes formações e em funções diversas, como podemos perceber que já está acontecendo em algumas dioceses, paróquias e instituições religiosas. A administração eclesial requer diálogo, franqueza, rigor, transparência e, sobretudo, humildade<sup>27</sup>.

As exigências contemporâneas solicitam também o aumento de habilidades tanto técnicas como intelectuais. Neste processo de amadurecimento é importante recordar o que diz Eugenio MUSSAK, que afirma ser necessário aumentar a capacitação e as habilidades das pessoas por meio de um contínuo e primordial processo de treinamento<sup>28</sup>. Treinar as pessoas para que saibam fazer bem as coisas é um caminho necessário também em organizações sociais e religiosas.

Também está sob a responsabilidade daquele que preside a comunidade, mas não exclusivamente, promover tal iniciativa formativa. Por meio dela se terá bons assessores, boa equipe de gestão na paróquia e nas demais instituições eclesiais. Sobre esse tema, José Carlos PEREIRA faz uma boa indicação aos gestores eclesiais:

Conte com a ajuda de profissionais: tanto na área pastoral quanto na administrativa, contar com pessoas bem preparadas é fundamental. Convide bons assessores, das mais diversas áreas, para dar formação para os agentes de pastoral. Contrate ou consulte profissionais que ajudem a resolver os problemas administrativos da sua paróquia e que possam também dar formação para os agentes, nas diferentes dimensões da formação. O mesmo vale para outros serviços que envolvam bens materiais e patrimoniais da paróquia. Para gerir uma paróquia para que ela se renove nas suas estruturas, é preciso ter a ajuda de outros profissionais e assessores especializados<sup>29</sup>.

27. Cf. José Carlos PEREIRA, *Gestão Eclesial: Tarefas, Responsabilidades e Práticas*, 2012, p. 113.

28. Cf. Eugenio MUSSAK, *Gestão Humanista de Pessoas: o Fator Humano como Diferencial Competitivo*, 2010, p. 129-131.

29. José Carlos PEREIRA, *Gestão Eficaz: Sugestões para a Renovação Paroquial*, 2014, p. 47.

O objetivo interno da Igreja é a evangelização, mas isto depende de uma renovação tanto das estruturas eclesiais, bem como da mentalidade com a qual os processos, os meios e os itinerários são percorridos. Esta renovação precisa ajudar a construir a corresponsabilidade, a subsidiariedade e a coparticipação nas lideranças. O ponto importante deste processo revisional é formar todos os sujeitos do processo de gestão eclesial (ordenados, consagrados e leigos) em princípios éticos com fim de alcançar o sucesso evangélico no desenvolvimento eficaz da vida eclesial.

### 3. A transparência institucional na Igreja Católica

Os últimos anos têm sido momentos conturbados no campo da transparência em muitos países. Desde a quebra de bancos nos Estados Unidos e as fraudes em prestações de contas da Petrobras no Brasil, nunca ficou tão evidente a necessidade do tema da transparência institucional nas grandes empresas.

Danilo MARCONDES, ao falar da crise da ética e sociedade brasileira, afirma que:

Corrupção fere os critérios éticos básicos de honestidade e respeito, de transparência e dignidade. Produz ineficiência, causa dano à sociedade, prejudica a coletividade, significa uma ruptura com a cidadania. A corrupção no serviço público viola um dos princípios mais básicos da ética na política, que remonta à 'Alegoria da Caverna' de Platão, a distinção entre o público e o privado. Alguém que exerce cargos públicos e que faz negócios com o governo o faz no 'interesse público', qualquer desvio desse princípio produz falta de credibilidade e perda de legitimidade e de autoridade dos que exercem cargos e funções públicas. Os atenienses condenavam à perda da cidadania, o ostracismo, quem fosse culpado desses desvios. Não os julgavam mais dignos de pertencer àquela comunidade<sup>30</sup>.

30. Danilo MARCONDES, Crise da ética e Sociedade Brasileira (online), 2017,

A falta de ética gera grandes prejuízos, pois as consequências ao se negligenciar a gestão de valores nas organizações é uma abertura à corrupção em todas as esferas, que pode ser fatal. Em uma cultura não ética, ou seja, indiferente às questões morais, tudo acaba sendo permitido, tornando-se banal<sup>31</sup>. Os jornais nos oferecem diversos exemplos de tantas organizações que se envolvem em escândalos por sonegações e a consequente perda para acionistas. Vemos a falência de instituições e infortúnio dos desempregados.

Vivemos em um tempo da duplicidade moral. Em quase todos os países latinos, e em particular no Brasil, há uma dupla moral social: uma moral da integridade e uma moral do oportunismo. Robert SROUR, ao analisar o tema do poder, cultura e ética nas organizações, afirma que:

A moral da integridade caracteriza-se por ser sobranceira e pressupor uma proibidade universal. Tem por base uma ética da convicção, cuja matriz teórica é deontológica. É praticada por aqueles que muitos denominam 'rigoristas', agentes que se orientam pelo rigor moral, escrupulosos, cuidadosos, severos, minuciosos no respeito às normas morais vigentes. A moral do oportunismo, por sua vez, assume um caráter interesseiro e repousa na complacência ou na leniência ante as transgressões às normas morais oficiais. Tem por base o egoísmo ético que, na ânsia de obter vantagens e saciar caprichos, despe-se de quaisquer escrúpulos. É eticamente marginal porque reduzida ao mais estreito interesse pessoal<sup>32</sup>.

Esta duplicidade gera uma luta desafiadora no campo social, onde a consequência será a corrupção desenfreada. Hoje existe uma parcela da sociedade que tem deixado de praticar uma integridade moral para praticar uma busca egoística de realização a qualquer

---

disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/crise-da-etica-e-sociedade-brasileira/>>, acesso em: 22 de maio de 2017.

31. Cf. Francisco Gomes de MATOS, *Ética na Gestão Empresarial: da Conscientização à Ação*, 2010, p. 21.

32. Robert Henry SROUR, *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*, 1998, p. 286-287.

preço, o que indica uma fraqueza moral e não o pleno amadurecimento dos valores nas consciências. Onde não se busca transparência nas ações dos indivíduos sempre haverá uma crise de gestão.

Desta forma, é necessário falar de uma educação ética. Educação aqui não significa meramente formular um código, uma norma. Hoje é muito mais necessário falar de uma educação da consciência para a liberdade responsável, para um relacionamento harmonioso, onde as realizações bem-sucedidas<sup>33</sup> sejam resultado de compartilhamento de decisões e de capacidade de análise dos resultados com transparência nos procedimentos.

Neste sentido, a Igreja Católica não se considera uma empresa, mas a sua presença jurídica e coexistência administrativa com as demais instituições nos diversos países do mundo, exige dela um processo de qualificação institucional, que se adeque às normas gerais aplicáveis a todas as organizações sem fins lucrativos.

No caso da Igreja Católica, sua transparência, em função de seu objetivo ético institucional, parece ter objetivos ainda maiores e mais específicos. Trata-se da busca do ideal ético de justiça e de fraternidade vividos pela força da fé, um chamado universal a todo homem de bom coração.

Seguir Jesus Cristo, que em palavras e atos viveu em tudo a vontade do Pai, também nos chama e nos compromete a encontrar a verdade da vontade divina e torná-La guia de nossas consciências. A transparência ao interno da Igreja é um sinal de autêntico discipulado, conversão ao projeto do Reino, uma busca de viver a vontade de Deus, revelada a nós pela vida e pelas palavras de Jesus Cristo.

Como a Igreja é Católica, ou seja, está presente em todo o mundo, esta exigência de transparência da “instituição Igreja” se apresenta com uma necessidade de testemunho interno e externo. Portanto, esta necessidade gera uma maior responsabilidade sobre os gestores financeiros a Igreja Católica. Tal transparência é esperada tanto pelos demais cristãos como também por aqueles que não creem.

O tema da transparência nas organizações religiosas tem sido motivo de pesquisa, por diversos estudiosos. Juliano ALMEIDA e André LOURENÇO publicaram pela *Revista de Teologia e Ciência*

33. Cf. Francisco Gomes de MATOS, *Ética na Gestão Empresarial: da Conscientização à Ação*, 2010, p. 121.

*da Religião* da Unicap um estudo de caso onde afirmam:

A transparência é um fator que está progressivamente sendo cobiçado pelas organizações, pois a entidade que possui esta qualidade ganha maior credibilidade dos clientes e isso pode representar o seu diferencial em relação aos concorrentes num mercado competitivo. Para atingir a transparência, é necessária a realização das prestações de contas do que está sendo realizado pela organização e da contextualização da evolução organizacional, sem deixar margens à obscuridade<sup>34</sup>.

Da mesma forma, o grupo de investigação sobre a manutenção da Igreja Católica, na Espanha, dependente da Universidade de Navarra, desenvolve uma linha de pesquisa sobre a transparência e revisão de contas onde indicam que “A transparência econômica está se tornando, hoje, um dos paradigmas de bom exercício de governo das organizações. As estruturas eclesiais não estão isentas do cumprimento desses requisitos. No entanto, o caminho é longo e cheio de obstáculos para chegar a normas que devam ser aplicadas no negócio ou setor sem fins lucrativos”<sup>35</sup>.

É importante recordar que a Igreja Católica já tem uma normatização bem clara a respeito do assunto (a começar pelo próprio Código de Direito Canônico), pois em diversos momentos as autoridades eclesiais, mesmo o Papa, têm se manifestado sobre a importância de seguir as normas nacionais e internacionais que regulam a administração, inclusive a financeira.

34. Juliano Almeida de FARIA; André Lourenço da Silva REGO, Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim, in *Revista de Teologia e Ciências da Religião* (online) 1, v. 4 (2014), p. 272, disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457/367>>, acesso em: 18 de dezembro de 2016.

35. Álvaro Ramis OLIVOS, La transparencia institucional de la Iglesia Católica. Aproximaciones desde la ética del discurso. Institutional transparency of the Catholic Church, in *Revista Cultura y Religión* (online) 2, v. 5 (2011), s/p, disponível em: <[https://www.academia.edu/28414308/La\\_transparencia\\_institucional\\_de\\_la\\_Iglesia\\_Cat%C3%B3lica.\\_Aproximaciones\\_desde\\_la\\_%C3%A9tica\\_del\\_discurso](https://www.academia.edu/28414308/La_transparencia_institucional_de_la_Iglesia_Cat%C3%B3lica._Aproximaciones_desde_la_%C3%A9tica_del_discurso)>, acesso em: 17 de dezembro de 2016.

Recentemente, a administração do Banco do Vaticano (IOR) deu um sinal importante às demais instituições da Igreja. No dia 30 de dezembro de 2010, o Papa Bento XVI assinou uma ordem executiva para estabelecer normas internas para o Banco do Vaticano. Esta decisão do Pontífice sinaliza para a Igreja Universal a necessidade de adequação das diversas instituições às normas e princípios que definem os modelos internacionais de transparência.

Esta decisão do papa Bento XVI, não ficou circunscrita a uma primeira decisão, logo em seguida, no ano de 2011, foi feita uma ampla reforma no Banco do Vaticano. Esta revisão tem como fim uma maior transparência interna, bem como reformar as estruturas internas, com o objetivo de adequar a instituição financeira do Vaticano às exigências da comunidade europeia referente à prevenção e combate de lavagem de dinheiro ilícito e o financiamento do terrorismo. Mantendo-se na mesma direção, o papa Francisco também emanou documentos e normas para aumentar a segurança das transações e para regular as ações dos gestores e dos que trabalham no Banco do Vaticano.

A posição do Vaticano foi seguida por outros organismos da Igreja Católica. Por exemplo, a 101ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal do Chile, depois de uma ampla reflexão dos bispos, emitiu um documento intitulado Transparência, Verdade e Justiça, que procura indicar os caminhos necessários da transparência dos organismos da Igreja em diversos níveis no território chileno<sup>36</sup>.

Desta forma, se percebe que a transparência não é mais um objetivo a ser defendido e buscado de forma distante, mas, sim, uma urgência que a Igreja tem de aplicar na gestão em vista da adequação às normas de cada país sobre o Terceiro setor para continuar a ser modelo de justiça e busca de excelência e eficiência em suas ações administrativas. Neste sentido, a justa prestação de contas é importante para os nossos benfeitores, doadores e fiéis, mostram-se como uma

36. Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE, Estamos engajados em melhorar a seleção e a formação dos candidatos ao sacerdotio (online), 2017, disponível em: <[http://www.fides.org/pt/news/30069-AMERICA\\_CHILE\\_Os\\_Bispos\\_no\\_final\\_da\\_Plenaria\\_Estamos\\_engajados\\_em\\_melhorar\\_a\\_selecao\\_e\\_a\\_formacao\\_dos\\_candidatos\\_ao\\_sacerdocio#.WaYUCiGPIU](http://www.fides.org/pt/news/30069-AMERICA_CHILE_Os_Bispos_no_final_da_Plenaria_Estamos_engajados_em_melhorar_a_selecao_e_a_formacao_dos_candidatos_ao_sacerdocio#.WaYUCiGPIU)>, acesso em: 20 de julho de 2017.

iniciativa tão necessária à Igreja e às instituições governamentais.

Talvez o primeiro elemento a ser repensado para favorecer a melhor gestão e transparência seria repensar e esclarecer melhor nas organizações da Igreja aquilo que se chama de segredo administrativo interno e o que deve permanecer nessa esfera. Um exemplo, é que nas dioceses existem informações que são reservadas unicamente ao ecônomo e ao bispo, dados que não são compartilhados por serem considerados segredos administrativos.

Assim, uma revisão imediata no processo de tomada de decisão no interno das instituições eclesiais seria um primeiro ponto de importância para a transparência. A criação de instância de auditoria seria um segundo elemento que poderia ajudar a resolver diversos problemas internos existentes no campo da gestão.

Um exemplo que poderia ser usado em nossas Dioceses, foi indicado por Cristiano FARIA, ao propor regras gerais para a implantação de um processo de auditoria nas Dioceses<sup>37</sup>. A capacidade de ter um departamento ou pessoas sempre se preocupando com pequenos erros internos poderia ajudar muito a Igreja a crescer em seu processo de transparência interno. O ideal cristão leva a uma preocupação com a qualidade da gestão, no entanto, na prática, em muitas situações a falta de pessoas qualificadas faz com que o processo esteja sendo feito de forma errada, o que, em algum momento, poderá transparecer um erro administrativo. Neste sentido, a formação é o caminho para melhorar a gestão e a transparência.

Uma leitura da importância de um novo modelo de diálogo sobre a administração, encontramos no texto de Daniel Aparecido de CAMPOS:

A atenção para os atos administrativos é uma situação que cada vez mais tem tomado a atenção dos gestores religiosos, pois na proporção que surgem ordenamentos jurídicos que autenticam a atividade religiosa e que aproximam o direito canônico do direito civil, surge também a necessidade de

37. Cf. Cristiano Faria SANTOS, Administração Eclesial - Fato Real (online), 2016, s/p, disponível em: <<http://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/ADMINISTRACAO-ECCLESIAL.pdf>>, acesso em: 25 de março de 2017.

manter tudo em ordem. Esta atenção favorece a uma transparência administrativa que tem sido benéfica para a gestão eclesial, uma vez que acarreta a atitudes de transparência e busca de coerência com a própria missão da Igreja<sup>38</sup>.

A Igreja Católica, não pode esquecer que existe no mundo atual uma corrente muito forte de valorização da transparência institucional, especialmente nas instituições do Terceiro Setor. Não prestar atenção pode colocar a instituição em risco no que tange a seus objetivos éticos internos, bem como na imagem social que passa a ter a Instituição Igreja. Da mesma forma, não se pode esquecer que os governos têm implantado diversas normas e regras internas que passam a exigir da Igreja Católica a sua adequação as mesmas leis. A não adequação poderá trazer riscos financeiros muito sérios a todos os membros e gestores.

### Considerações finais

A Igreja Católica, desde sua fundação e, posteriormente, nas diversas fases de sua história, tem buscado criar estruturas onde a administração dos bens acompanha coerentemente a pregação do Evangelho em vista de que seja um verdadeiro testemunho de vida, e que a maneira de viver e administrar seus bens não ofusque ou atrapalhe sua missão principal, que é a difusão do Evangelho.

Na gestão das instituições da Igreja Católica sempre se buscou valorizar os diversos conhecimentos que podem colaborar com a finalidade da gestão eficiente e de boa qualidade. Sendo uma instituição que quer levar a cabo seu processo de presença evangelizadora no meio do mundo, a Igreja católica vive um processo de constante revisão. O papa João XXIII propôs o *aggiornamento*, ou seja, uma atualização em seus escritos pré-conciliares, pois a Igreja Católica com o Vaticano II inaugurou “um momento importante no desenvolvimento ininterrupto da tradição católica, por sua

38. Daniel Aparecido de CAMPOS, Diálogo Transformador (online), 2016, s/p, disponível em: <<http://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/DIALOGO-TRANSFORMADOR.pdf>>, acesso em: 20 de julho de 2017.

natureza aberta ao futuro. E para apoiar esta renovação sempre necessária (*Ecclesia semper reformanda*), a Igreja tem buscado fazer uma revisão concreta de suas estruturas através de um organismo chamado Sínodo dos Bispos, que deveria ser a expressão concreta e crescente da colegialidade episcopal<sup>39</sup>. Neste espaço de revisão institucional, a Igreja tem buscado manter-se fiel a uma tradição milenar, sem perder de foco a sua necessária revisão histórica, inclusive na sua capacidade de administrar as questões temporais.

Neste sentido, se pode afirmar que hoje a Igreja Católica vive um tempo de revisão no campo da gestão eclesial. Esta afirmação se baseia na aplicação de novos conceitos de administração em seus processos. A evolução das ciências que auxiliam a administração trouxe para dentro do ambiente eclesial uma preocupação específica sobre a necessidade de uma adaptação ao tempo presente, adotando conceitos e práticas gerenciais com fim de melhorar aquilo que se faz por missão divina.

A ação interna da Igreja tem por fundamento uma preocupação ética, baseada na moral católica, que se desenvolveu ao longo dos séculos, resultado da colaboração de muitos pensadores, fundamentada no Evangelho. Por isso que, em todos os tempos, as ciências filosóficas e sociais foram influenciando nas adequações que a Igreja. É certo que a ética ilumina o ser humano sobre o modo e os costumes que devem ser assumidos como regras e leis em cada sociedade. A aplicação dos conceitos éticos também segue a consciência formada na pessoa com base nas noções desenvolvidas na sociedade em que vive. Entre aqueles que mantêm a opção de vida, segundo os fundamentos cristãos, é lógico que a sua ética também será influenciada por sua experiência de fé. Podemos dizer que o cristão necessita se adaptar a uma ética ou a uma postura ética mais elevada no interno do processo de gestão das instituições religiosas equivale a indicar que necessitam adaptar-se mais fielmente a causa do evangelho. Por isso, a instituição religiosa deve se esforçar em buscar viver o que conduz à proposta evangélica.

39. OSSERVATORE ROMANO, A Novidade que Germina no Deserto (online), 7 de Outubro de 2012, disponível em: <<http://www.osservatoreromano.va/pt/news/a-novidade-que-germina-no-deserto>>, acesso em: 25 de julho de 2017.

Logo, a transparência, não pode ser deixada de lado, como se fosse uma proposta sem importância nas instituições eclesiais. A transparência é um sinal social da busca da verdade e de vivência ética, bem como também de conversão ao projeto do Reino. Assim, necessitamos em nossas comunidades e instituições rever os diversos mecanismos que favorecem a transparência.

A transparência e vivência ética que tanto procuramos exige competência e nasce de um processo educativo. Conseguir pessoas competentes e capazes de cuidar daquilo que é um bem e um ideal comum é um desafio das instituições eclesiais e que não pode ser esquecido por nenhuma autoridade da Igreja Católica. O melhor caminho para se organizar um corpo competente nas instituições religiosas é uma consciente formação e qualificação profissional, pois qualificar as pessoas que colaboram com a gestão eclesial parece ser o melhor caminho para uma gestão eficaz e transparente.

## Referências

- A DIDAQUÊ: A INSTRUÇÃO DOS DOZE APÓSTOLOS (*online*), 2017. Disponível em: <<http://www.ofielcatolico.com.br/2001/05/o-didaque-instrucao-dos-apostolos.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.
- AGOSTINHO DE HIPONA. *A cidade de Deus* (*online*), 2017. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Cidade-de-Deus-Agostinho.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.
- ARQUIDIÓCESIS DE BALTIMORE. *Código de conducta para el personal eclesial de la Arquidiócesis de Baltimore* (*online*), 2016. Disponível em: <<https://www.archbalt.org/about-us/child-youth-protection/policies/upload/C%C3%B3digo-de-conducta-Aug-2014-2.pdf>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2016.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulus, 1990.
- CAMPOS, Daniel Aparecido de. *Diálogo Transformador* (*online*), 2016, s/p. Disponível em: <<http://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/DIALOGO-TRANSFORMADOR.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes* (*online*), 1965. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

- CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE. *Estamos engajados em melhorar a seleção e a formação dos candidatos ao sacerdócio (online)*, 2017. Disponível em: <[http://www.fides.org/pt/news/30069-AMERICA\\_CHILE\\_Os\\_Bispos\\_no\\_final\\_da\\_Plenaria\\_Estamos\\_engajados\\_em\\_melhorar\\_a\\_selecao\\_e\\_a\\_formacao\\_dos\\_candidatos\\_ao\\_sacerdocio#.WaYUCciGPIU](http://www.fides.org/pt/news/30069-AMERICA_CHILE_Os_Bispos_no_final_da_Plenaria_Estamos_engajados_em_melhorar_a_selecao_e_a_formacao_dos_candidatos_ao_sacerdocio#.WaYUCciGPIU)>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- COUTINHO, Monique. *A economia precisa de ética (online)*, 2017. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/a-economia-precisa-de-etica-diz-papa-aos-empresarios/>>. Acesso em: 18 de julho de 2017.
- ENDERLE, George et al. Ética. In \_\_\_\_\_. *Dicionário de Ética econômica*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- FARIA, Juliano Almeida de; REGO, André Lourenço da Silva. Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim. In *Revista de Teologia e Ciências da Religião (online)* 1, v. 4 (2014), Recife, p. 267-300. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457/367>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2016.
- FRANCE PRESSE. *Vaticano é acusado de má gestão e desvio de doações em no Vatileaks (online)*, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/financas-do-vaticano-sao-alvo-de-novo-escandalo-do-vatileaks.html>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2016.
- FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares reunidos na Bolívia, Santa Cruz (online)*, 9 de julho de 2015. Disponível em: <[http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso\\_do\\_papa\\_aos\\_movimentos\\_populares\\_\(texto\\_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.
- JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1987
- MARCONDES, Danilo *Crise da ética e Sociedade Brasileira (online)*, 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/crise-da-etica-e-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.
- MATOS, Francisco Gomes de. *Ética na Gestão Empresarial: da Conscientização à Ação*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MUSSAK, Eugenio (Org.). *Gestão Humanista de Pessoas: O Fator Humano como Diferencial Competitivo*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.
- NETO, Antonio Vicente Pereira; FERREIRA, Márcio Reinaldo Lucena. Modelo de Gestão Eclesial na Paróquia Nossa Senhora Aparecida: Novos Desafios. In *Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX (online)* 9 (2011), Natal, p. 12-32. Disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/102/26>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

- NORIEGA, Roberto. *Responsabilidade ética do ministro sacerdotal (online)*, 2016. Disponível em: <<https://www.edesclee.com/img/cms/pdfs/9788433028266.pdf>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.
- OLIVOS, Álvaro Ramis. La transparencia institucional de la Iglesia Católica. Aproximaciones desde la ética del discurso. Institutional transparency of the Catholic Church. In *Revista Cultura y Religión (online)* 2, v. 5 (2011), s/l, s/p. Disponível em: <[https://www.academia.edu/28414308/La\\_transparencia\\_institucional\\_de\\_la\\_Iglesia\\_Cat%C3%B3lica.\\_Aproximaciones\\_desde\\_la\\_%C3%A9tica\\_del\\_discurso](https://www.academia.edu/28414308/La_transparencia_institucional_de_la_Iglesia_Cat%C3%B3lica._Aproximaciones_desde_la_%C3%A9tica_del_discurso)>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.
- OSSERVATORE ROMANO. *A Novidade que Germina no Deserto (online)*, 7 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.osservatoreromano.va/pt/news/a-novidade-que-germina-no-deserto>>. Acesso em: 25 de julho de 2017.
- PEREIRA, José Carlos. *Gestão Eclesial: Tarefas, Responsabilidades e Práticas*. São Paulo: Ave Maria, 2012.
- PEREIRA, José Carlos. *Gestão Eficaz: Sugestões para a Renovação Paroquial*. São Paulo: Paulus, 2014.
- PIRATELI, Marcos Roberto; PEREIRA MELO, José Joaquim. Agostinho e a Igreja Como Espaço de Formação no fim da Antiguidade. In *Anais de estudos Antigos e Medievais (online)*, 2013. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2013/pdf/42.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- SANTOS, Cristiano Faria *Administração Eclesial - Fato Real (online)*, 2016, s/p. Disponível em: <<http://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/ADMINISTRACAO-ECCLESIAL.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2017.
- SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. 2ª ed.. São Paulo: Campus, 1998.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica (online)*, 2017. Disponível em: <<https://sumateologica.wordpress.com/2011/02/21/fragmentos-bens-temporais-e-bens-espirituais/>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 28ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.